

ASPECTOS DIACRÔNICOS E SINCRÔNICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA¹

Horácio Rolim de Freitas
USU/UERJ

Graças aos estudos e às pesquisas lingüísticas e filológicas, hoje se tem uma visão científica dos fatos lingüísticos tanto sincrônicos quanto diacrônicos. Haja vista que até o modo de nomear as línguas sofreu alteração.

Na Antigüidade, partia-se da premissa de que a língua existia *in essentia*, constituía-se num produto. Daí a designação adverbial *latine loqui* falar à maneira latina; *romanice loqui* falar à maneira popular; ou no grego ελληνίζειν, falar à maneira helênica; βαρβαρίζειν, falar à maneira estrangeira ou falar mal.

Logo, o que importa são as possibilidades do ato da fala; concebem-se as línguas substantivamente: *falar tal língua*, uma vez que não só os conteúdos, mas também o aspecto natural (os sons) são arbitrários, motivados historicamente, não por natureza. Eis por que o maior lingüista teórico do século XX, Eugenio Coseriu, definiu o *falar* como atividade que se fundamenta numa *faculdade* e revela o *saber*.

Há portanto *o saber falar universal*, ou *o saber elocucional*, isto é, a capacidade de o homem expressar-se através do sistema denominado língua.

Se esse homem tem conhecimento das *formas* e *conteúdos* lingüísticos, ele tem, então, o chamado *saber idiomático*, que se fundamenta no campo histórico, visto que a língua é um sistema que, continuamente, se forma do uso de uma comunidade, expressando-lhe os aspectos social, da tradição, histórico e folclórico. Princípio este que provém das idéias de Humboldt que, no século XIX, já definia a linguagem como enérgeia (atividade) e não érgon (produto). Aliás, ressalte-se que tal princípio foi haurido em Aristóteles para quem a atividade da fala é anterior à potência (δυναμις) Todo ato da fala é um *ato criador*, daí o fato lingüístico ser aplicado pela *função*, e não pelo material.

¹ Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras em 20/06/2000

Eis a importância do desenvolvimento dos fatos históricos cujo dinamismo lingüístico irá explicar as fases sincrônicas dos diassistemas, ou a sucessão de sincronias na diacronia.

Interessa antes a transformação do latim falado, através dos vários registros que o compunham, para o conhecimento histórico das línguas românicas, que o latim clássico ou erudito, o latim artístico dos inumeráveis textos literários.

Como exemplo, lembramos o emprego do verbo *haver*, impessoal em Português.

Haver e existir, ambos traduzem a idéia de “existência”. / Existem grandes escritores. / Há grandes escritores. / Por que o¹ primeiro é um verbo pessoal e o segundo, impessoal?

O verbo *haver*, proveniente do latim *habere*, significava *ter, possuir*, e era pessoal. Contudo, na linguagem coloquial, em frases como: *Forestis habet multa animalia* (A floresta tem muitos animais) o elemento sujeito passa a indicar o lugar, como adjunto adverbial, isto é, *na floresta*, e o verbo, que antes significava *ter*, sem sujeito, passa a indicar existência, tornando-se impessoal: “Na floresta há muitos animais”.

Já no século IV, no texto da freirinha Egéria, *Peregrinatio Egeriae ad loca sancta*, encontramos exemplo do verbo *habere* empregado impessoalmente:

“*Habebat* autem de eo loco ad montem Dei forsitam quattuor millia...”

O caráter conservador do latim hispânico vai explicar formas antigas que se mantiveram no Português e no Espanhol. A Hispânia era uma das mais antigas províncias, montanhosa, e localizava-se na periferia do Império.

É o caso do advérbio *demagis*, já desusado no período áureo do século I d.C. Dele o Português recebeu *demais*, e o Espanhol, *demás*.

O mesmo sucedeu com o verbo *fabulare*, de uso até o século II a.C. e, depois, desusado. Conservado, porém, naquela região, chegou ao Português como *falar* e ao Espanhol como *hablar*.

Outro exemplo encontramos no verbo *percontari*, dando, em Português, *perguntar* e, no Espanhol, *preguntar*.

Grande importância, também, na difusão do latim e, conseqüentemente, para a explicação das palavras no Português, teve o latim dos cristãos. A pregação se fazia numa linguagem bem popular que veiculava termos da Igreja, tornando-os usáveis na linguagem cristã.

Eis a sábia lição de Santo Agostinho aos que saíam a pregar:

“*Melius est reprehendant nos grammatici,
quam non nos intelligant populi.*”

Dizia, ainda, que empregava *fenerat* por *feneratur* (do verbo *foenerari*: não emprestar com usura, a juros), isto é, usava a forma popular de voz ativa pela voz depoente.

Daí, várias palavras do nosso léxico terem vindo através desse latim dos cristãos, como:

parabola (por *verbum*) deu: Português: *palavra*; Espanhol: *palabra*; Francês: *parole*; Italiano: *parola*.

paganus: habitante do campo, deu *pagão* em oposição a cristão, pois o Cristianismo primeiro conquistou as cidades, depois o interior. O “pagão “era o aldeão, o camponês, não cristão, porque não batizado

(inscrição do século IV “ pagana nata “).

operare (por *laborare*) deu *obrar*:

talentum “ moeda” que aparece na parábola do livro de S. Mateus sobre o servo que não soube multiplicar a moeda, passando ao sentido de “ter dotes naturais, ter inteligência.”

A linguagem corrente dos cristãos, de cunho popular, que, nas províncias, era conservadora, é que explica certos arcaísmos que chegaram até nós, de que são exemplos os verbos *confabular* de *confabulari* e *erradicar*, provindo de *erradicare*, usados por Plauto, já bem antigos.

Influência da Igreja

A vitória do Cristianismo levava a Igreja a um constante combate às imperfeições, aos vícios e aos costumes pagãos.

Os habitantes das vilas e povoados agremiavam-se em torno da Igreja, sendo considerados *filii ecclesiae*, expressão que, evoluindo, deu freguês.

Surgem os conventos, centros donde emanam as diretrizes e idéias propagadas pela fé cristã.

S. Marinho funda o célebre mosteiro de Dúmio, em Braga, e, no combate às práticas pagãs, publica o seu *De correctione rusticorum*. Aí, ao fazer as críticas, assim se expressa: “Que loucura que um cristão deixe de guardar o *domingo* e guarde o dia de Jove, de Mercúrio, de Vênus, de Saturno. Por que, então, não se consagrar dias às traças e aos ratos?”

S. Marinho e seus sucessores se insurgiram contra a designação pagã dos dias da semana.

A *septimana* romana baseou-se no calendário egípcio e no judaico.

A divisão deriva da astrologia pelas fases da lua de 7 em 7 dias.

Semana (planetária egípcia) - Saturno, Júpiter, Marte, Sol, Vênus, Mercúrio, Lua.

Semana romana – *Saturnus* (sábado), *Sol* (domingo), *Luna* (2ª feira), Mars (3ª feira), Mercurius (4ª feira), Juppiter (5ª feira), Venus (6ª feira).

Dá-se a influência judaica, cuja semana começava pelo dia sagrado *sabbâtt*, oriundo do babilônio *sabattum*, composto de *sag* “coração” e *bat* “chegar ao fim”, daí “repouso do coração”.

Na semana romana, o *saturnus dies* passou a *sabbatum* pela influência judaica.

O calendário hebraico apresentava dias: Sabbatum, prima sabbati, secunda sabbati, tertia sabbati, quarta sabbati, quinta sabbati, sexta sabbati.

Com a pregação do Cristianismo, o primeiro dia foi dedicado ao Senhor, o dia do descanso, *dies dominicus*.

O *sabbatum* judaico, ironizado pelos romanos que zombavam da circuncisão e do jejum, e já tendo perdido o valor religioso, passou ao último dia da semana.

Assim ficou a semana no calendário romano:

dies Domenicus / dies Lunae / dies Martis / dies Mercurii /

dies Jovis / dies Veneris / Sabbatum.

Nas línguas românicas, vamos encontrar, excetuando-se o domingo e o sábado, designações de origem pagã, com a união de parte do nome do astro ou do deus pagão com parte da palavra dies. Por exemplo, no francês, *Mardi*; no italiano, *Martedì*. Já no provençal, *Dimartz* e, no catalão, *Dimars*.

Veja-se o quadro comparativo dos dias da semana nas línguas românicas.

Observe-se que no sardo a sexta-feira não apresenta o radical de *Venus*, *Veneris*, substituído por *Kenábura*, da expressão *cena pura*, significando “jejum e abstinência”, preparativos feitos no dia anterior ao sábado, prática que ocorria na Sardenha.

Só a língua portuguesa apresenta formação diferente. O nome *feria*, já no latim, significava “dia festivo” e, com o Cristianismo, passou a indicar as comemorações da Páscoa e de Pentecostes.

Era costume medieval coincidir os *mercados* com as festas religiosas, onde as pessoas aproveitavam as grandes aglomerações para fazer negócios. Surge, assim, a marcação dos dias, à exceção do *dies Domenicus* e do *Sabbatum*: a *feria secunda*, *feria tertia*, *feria quarta*, *feria quinta*, *feria sexta*.

A constante ação da Igreja, criticando o uso das designações pagãs, e as comemorações religiosas com as *ferias*, resultaram na adoção, em português, do calendário que exclui todos os nomes de origem pagã.

No século IV, o Papa Silvestre torna obrigatório o uso deste esquema enumerativo dos dias da semana.

O texto da *Peregrinatio* já registra todos os dias da semana, contando-se 41 (quarenta e uma) vezes.

Portanto, é a língua portuguesa a única língua românica que não manteve as designações de origem pagã.

Também ao Papa Silvestre devemos o descanso das *férias*, pois determinara não ser permitido ao clero ocupar-se com negócios ou trabalho do mundo, para estar disponível somente para Deus.

Eis o quadro comparativo dos dias da semana nas línguas românicas:

DIAS DA SEMANA						
Francês	Italiano	Espanhol	Romeno	Provençal	Catalão	Sardo
Dimanche	Domenica	Domingo	Duminica	Dimengue	Diumenge	Domíniga
Lundi	Lunedì	Lunes	Luni	Diluns	Dilluns	Lunis
Mardi	Martedì	Martes	Martsi	Dimartz	Dimars	Martis
Mercredi	Mercoledì	Miércoles	Miercuri	Dimercres	Dimecres	Mérkuris
Jeudi	Giovedì	Jueves	Joi	Dijous	Dijous	Djoja
Vendredi	Venerdì	Viernes	Vineri	Divenres	Divenres	Kenábura
Samedi	Sabato	Sábado	Simbata	Dissapte	Dissapte	Sápadu

A Lusitânia

No século VIII, os árabes chegam à Península Ibérica. No território da Lusitânia, há uma cisão geolinguística. Enquanto os habitantes do Sul convivem com os mouros, aceitando-lhes o jugo, os do Norte refugiam-se nas montanhas da Galiza. Lá se desenvolve o falar galego e, ao Sul, em contato com os árabes, o chamado falar *moçarábico*. Eram os moçárabes um misto de cristão com árabe.

O romance moçarábico tinha caráter essencialmente conservador, diferindo do galego, falar das populações cristãs do Norte.

Dá-se a atuação do princípio sociolinguístico que explica a maior ou menor intensidade das transformações linguísticas, conseqüência das forças *centrípeta* e *centrífuga*. Esta, a centrífuga, predominou no Norte, uma vez que, distante dos centros de cultura, pequena contribuição da escola, no falar galego precipita-se a *deriva*, propiciando maiores e mais rápidas alterações. É o caso, por exemplo, da palatalização. São do Norte formas como: chegar, chor, chamar, correspondentes a: pregar, frol, cramar, formas do Sul, provenientes do mesmo étimo: *plicare, flore, clamare*.

Ao Sul, a influência árabe se faz notável. Povo de cultura, demonstrada nas artes, na arquitetura, nas ciências, é responsável pela predominância da força *centrípeta*, caracterizando o conservadorismo do falar moçarábico.

Outras não poderiam ser as conseqüências do “modus vivendi” das populações do Sul da Lusitânia, marcadas pela reclusão espiritual, pelo romance repetido de outiva, e que não era escrito, pelo cultivo intenso da língua árabe, em detrimento dos estudos latinos. A palatalização efetuada ao Norte correspondia, ao Sul, a uma simples alternância das líquidas, conforme já exemplificamos (pregar, cramar, frol). As consoantes líquida lateral /l/ e linguodental nasal /n/, que sofriam síncope no falar galego, conservam-se no falar moçarábico, de que são exemplos os topônimos: Mértola, Fontana, Odeana.

Do Norte recebemos *devesa*, proveniente de *defensa*, sonorização que não se realizou ao Sul, donde a forma atual *defesa*.

A evolução do ditongo ai-ei, comum no Norte, não se efetua no Sul, daí as palavras: *furnair* (fornheiro); *çabatair* (sapateiro).

Fato por demais conhecido da influência árabe no romance lusitânico é a aglutinação do artigo -al a várias palavras, como:

almofada, almôndega, alfinete etc. Até a vogal da sílaba tônica, que terá na língua portuguesa sua maior estabilidade, será abalada pela influência árabe em certas palavras, como: Tejo, de Tagu; Beja, de Paga.

Não poucas palavras, comuns na poesia trovadoresca, são exemplos da influência árabe, pelo conservadorismo de suas formas, irmana, louçana, pino, venía, salido etc.

Do longo contato entre muçulmanos e cristãos vieram para a língua portuguesa inúmeras palavras de vários campos semânticos, como, por exemplo, as que designam cargos e coisas militares:

alcaide no Castelo: chefe, comandante e, mais tarde, capitão de navio.

alferes: cavaleiro que levava a bandeira real (porta-bandeira), depois, um posto militar.

alarido e algazarra: ruído com ira, grita com que os mouros começavam a pelejar; tumultuar das tropas mouras, brado.

almazén: depósito de armas, celeiro, entreposto, chega ao português como *armazém*, ao francês como *magasin*, ao espanhol, como *almacén*.

almoxarife: ilustre, nobre, inspetor; depois administrador da fazenda real; encarregado da arrecadação e, mais tarde, guarda da distribuição de mercadorias.

Do árabe recebemos, também, a interjeição *oxalá*. Difícil de ocorrer, até na estrutura da nossa língua vamos encontrar a influência árabe: trata-se da preposição *até*. No português arcaico, houve as variantes *atá*, *ataa*, provindas do árabe *hatta*, que se cruzam com a expressão latina: *ad tenes*, responsável pelas formas *ate*, *atões*, *atees*, *atem*.

No Alentejo, ainda são encontradas as formas: *atá*, *ata'qui*, *atàgora*, '*re-líquias moçárabes*'.

Contudo, é no léxico que se pode notar a rica contribuição árabe na língua portuguesa. Até dicionário só de palavras oriundas do árabe possuímos, como o elaborado pelo filólogo português José Pedro Machado.

Quero registrar aqui que o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, do Prof. Antenor Nascentes, consigna 609 vocábulos de origem árabe.

O *Dicionário da Língua Portuguesa*, da Academia Brasileira de Letras, de cuja equipe participei, em 1999, elevou esse número para 2 250 palavras.

O Século XVI

1 – A Língua Portuguesa

Portugal aos poucos vai saindo do ambiente medieval. A sociedade portuguesa está imbuída de um novo espírito. As grandes navegações descortinaram-lhes novos mundos e novas humanidades. A chegada de humanistas propicia-lhes desvendar tesouros da civilização greco-latina.

O Latim é plenamente cultivado, chegando a se tornar a língua das ciências. É fato que até as damas da corte liam em Latim.

Publica-se a famosa obra do Pe. Manuel Álvares *De institutione grammatica*, traduzida em 12 (doze) idiomas e impressa mais 400 (quatrocentas) vezes, pela qual aprenderam latim as gerações até o século XVIII.

Eram, nessa época, comuns os jogos, ficando na língua algumas expressões dele decorrentes, como:

dar no vinte (acertar): no jogo da malha, vinte era o pau que servia de alvo e valia vinte pontos, se derrubado.

meter o bedelho: bedelho era “trunfo pequeno” no jogo de cartas.

truque (ardil, tramóia): num jogo de 3 cartas entre 2 ou 4 parceiros, havia certas cartas maiores, chamadas truque.

No léxico do século XVI, podemos constatar o uso de formas populares que, posteriormente, serão refeitas: adivinhar, alvalá (alvará), estronomia, avangelho, bautizado, adversairo, rosairo, contrairo, devação, dino, lumiosos, simprezidade.

Por outro lado, vocábulos e expressões já arcaicos no século XVI, ainda são usados por certos autores, como ocorre, por exemplo, na carta de Caminha: cárrgo (carga), coma (como), senho (numeral), tamalavez (adv.), prantar etc. e ainda formas verbais como jovesse (por jazesse), jouvemos (por jazemos).

2 – Fernão de Oliveira

Merece destaque uma figura ímpar das letras no século XVI pela contribuição aos estudos da língua, causando, ainda hoje, admiração. Trata-se de Fernão de Oliveira, o primeiro gramático, autor da obra *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*.

De grande perspicácia e apuro lingüísticos, Fernão de Oliveira faz uma descrição do vocalismo que só no século XX será explicado cientificamente.

Eis a passagem em que descreve as vogais tônicas:

“Na língua é necessário que dividamos as vogais em grandes e pequenas, como os gregos, mas não todas porque é verdade que temos:

a grande (almada) / *α* pequeno (alemanha)

ε grande (festa) / *e* pequeno (festo)

ω grande (fermosos) / *o* pequeno (fermoso)

Mas não temos assim diversidade em *i* e *v*.”

Em outra passagem, lemos:

“Das vogais *u* e *o* há tanta vizinhança, que quase nos confundimos dizendo uns *somir* e outros, *sumir*; *dormir* e *durmir*; *bolir* e *bulir*.”

Até um princípio sociolingüístico encontramos em Fernão de Oliveira, quando nos diz:

“Melhor é que ensinemos a Guiné do que sejamos ensinados de Roma; ainda que ela já tivera toda sua valia e preço. E não desconfiemos de nossa língua porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens.”

Ponderada é sua posição pertinente à etimologia:

“As nossas palavras são tão antigas que não sabemos se vieram de fora, nestas as gramáticas mandam saber *donde, quando, porque* e *como* foram feitas. Requer-se *ler* e *ver* muito e, ainda assim, alcançaremos pouco. Ora pois, se como adivinhássemos dizem que *homem* assim se chama porque está no meio do bem e do mal; *mulher* assim se denomina porque *é mole*; *velho* porque viu muito; *tempo* porque tempera as coisas assim como estas podemos exemplificar outras mentiras, as quais sempre são muito falsas.”

3 – Camões

É com Camões que se data o início do Português moderno, embora seu vocabulário compreenda termos populares, arcaísmos e latinismos.

Formas antigas como *devação, rostro, obra de, ca* (conj.), *pero* (conj.), *leixar, de balde* já não encontram guarida no poema camoniano.

Refaz a antiga forma do ditongo *ai* no sufixo *-ário*: *rosário* (por rosairo), *contrário* (por contrairo), *vigário* (por vigairo).

A crase já se dera: *vãs, hu, fé*. Esta palavra é empregada 16 (dezesesseis) vezes, sendo só duas com *e* dobrado *fee*, mas só graficamente, pois a métrica comprova a crase (C I, 2 e C V, 13).

Camões usa de formas populares, como: *benino, malino, sino* (signo), *bautizar, Anrique, exprimentar* (12 vezes) e *experimental* (2 vezes), *estâmago, orfidade* (pop.), depois *orfandade* (semiculta), *pego* por *pélag* (C V, 73): “Deitando para o pego toda a armada”

reposta (fem. de *reposto*) que, no século XIV, por influência do verbo *responder*, passa a *resposta*.

É fato que ainda se encontram em Os Lusíadas alguns arcaísmos, como o adv. *asinha, esteis* (por *estais*);

impidas (por *impeças*) C VIII, 75: “Não me *impidas* o gosto da tornada”;

himos (por *vamos*): C II, 80) “Himos buscando as terras apartadas”;

sôbolo (sobre o): C X, 60 “*Sobollo* tanque lucido e sereno”;

is (por *ides*): C IV, 91 “Porque *is* aventurar ao mar iroso”;

trezeno (13°) (Cf. dezena novena, quinzena, onzena, quarentena)

C IV, 60: “Foi Joane segundo e Rei *trezeno*”.

Mas é no vocabulário erudito, através de latinismos, que Camões enriquece o léxico português. A ele devemos a introdução de, aproximadamente, duas centenas de palavras, como: *lanífero, mortífero, áureo, férreo, idôneo, hórrido, íncola, procela, fulgente, tálamo, vocífero, ignaro, diáfano* etc.

Outra contribuição de Camões à língua portuguesa está na etimologia. Camões conhecia a origem que se dá à palavra Lusitânia e, no Canto III, 21, diz:

“Esta é a ditosa pátria minha amada.
Esta foi Lusitânia, derivada
De Luso ou Lisa, que de Baco antigo
Filhos foram, parece, ou companheiros,
E nela estão os íncolas primeiros”.

Camões segue a tradição de que *lusos* e *Lusitânia* provêm de *luso*, tirado de *Luso* e *Lysia*, filhos ou companheiros de Baco, o qual, no poema, se opõe aos portugueses, pois estes chegarão às Índias, domínio do deus romano.

Vênus, ao interceder junto a Júpiter, em defesa dos portugueses, no C VIII, 2, repete a origem da palavra:

“Este, que vês, é Luso, donde a fama
O nosso reino Lusitânia chama.”

Mas a grande contribuição de Camões, assim a mim me parece no campo lexical, está no termo *Adamastor*.

Se procede a explicação filológica, Camões teria aproveitado o nome Adamastus, criado por Virgílio, na Eneida, L III, 614:

“Sum patria ex Ithaca, comes infelicis Ulyssi
Nomine Achemenides, Troiam genitore Adamasto
Paupere profectus”

(Sou da pátria Ítaca, companheiro do infeliz Ulisses/ O meu nome é Aquémenes, tinha partido para Tróia, sendo meu pai o pobre Adamasto)

Nesta passagem, Enéias encontra, numa caverna, o grego Aquémenes que narra aos troianos as crueldades do ciclope. Aquémenes é nome desconhecido de Homero (é de origem persa), aqui personagem imaginária.

Da Odisséia Camões retirou o nome Damastor, (um dos gigantes que escalaram o Céu. Não tendo armas, lançou contra os deuses um companheiro petrificado por Minerva, segundo a Mitologia.)

Era Damastor filho de Náuplio, grande navegador, cujo nome é formado de *ναυς* / *naus* / “navio” e de *πλειν* “navegar”. Na Odisséia é citado várias vezes, no Livro XXI, quando os pretendentes queriam desposar Penélope, certos de que Ulisses não voltaria:

pág. 155- “Disse Agelau, filho de Damastor...”

pág. 182- “O primeiro que a apostrofou foi Agelau, filho de Damastor”

pág. 183- “Eram incitados por Agelau, filho de Damastor”

pág. 185- “Ulisses feriu com a comprida lança o filho de Damastor”

Camões, juntando Adamastus e Damastor, criou Adamastor.

4 – Séculos XIX e XX

1. Importância da Filologia

Principais representantes em Portugal.

A Francisco Adolfo Coelho deveu-se a introdução da ciência da linguagem em Portugal, no século XIX, adotando o método histórico-comparativo.

Dentre os vários filólogos lusitanos destacam-se dois profícuos especialistas: José Leite de Vasconcelos, autor da famosa *Lições de Filologia Portuguesa* e de inúmeras obras sobre dialetos e falares em Portugal, África e Ásia e Carolina Michaelis de Vasconcelos, também autora de *Lições de Filologia Portuguesa*, além de inúmeros trabalhos de erudição filológica, como a edição do *Cancioneiro da Ajuda* e o *Glossário* dessa obra.

Principais representantes no Brasil

Não poucos estudiosos contribuíram para o acervo filológico no Brasil. Cumpre destacar alguns de uma lista que seria exaustiva.

Ferdinando de Sousa da Silveira com *Textos Quinhentistas* que compreende os estudos dos textos: *Sobolos rios*, de Camões, a tragédia *Castro*, de Antônio Ferreira, o *Auto da Alma*, de Gil Vicente, e *Crisfal*, de Cristóvão Falcão. De leitura obrigatória são suas *Lições de Português*, em que o autor consegue, em pequeno livro, expor sua profundidade de conhecimentos.

Celso Ferreira da Cunha, um dos maiores medievalistas brasileiros de cuja contribuição filológica destacam-se: *Cancioneiro de Joan Zorro*, *Cancioneiro de Martin Codax*, e *Estudos de Poética Trovadoresca*.

Antenor Nascentes, lexicógrafo e etimólogo principalmente, deixou-nos *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, que mereceu o prefácio de Meyer-Lübke; *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (tomo II, de nomes próprios); *Dicionário Etimológico Resumido*; *Dicionário da Língua Portuguesa*, editado pela Academia Brasileira de Letras; *O Problema da Regência*, dentre outras obras.

Clóvis do Rego Monteiro, autor de *Português da Europa e Português da América*, obra que marcou os estudos sobre a língua portuguesa pela importância

dos assuntos tratados e profundidade de conhecimento. Deixou-nos, também, *A Linguagem dos Cantadores; Morfologia e Sintaxe do Substantivo da Língua Portuguesa*, dentre outras contribuições.

Manuel de Said Ali Ida, o maior sintaticista da língua portuguesa a quem devemos a primorosa obra *Dificuldades da Língua Portuguesa; Lexeologia do Português Histórico e Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*, que foram reunidas, mais tarde, sob o título *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Destacam-se ainda: *Meios de Expressão e Alterações Semânticas; Investigações Filológicas*.

Serafim da Silva Neto, autor da monumental obra *História da Língua Portuguesa*, sem similar em Portugal e no Brasil. Destacam-se, ainda: *Fontes do Latim Vulgar, História do Latim Vulgar, Textos Medievais Portugueses e seus Problemas; Língua, Cultura e Civilização*.

A Serafim da Silva Neto devemos o levantamento da etimologia de certas palavras que não encontraram entre os filólogos explicações plausíveis e científicas. O Mestre estudou-lhes a história, o percurso evolutivo, possibilitando, assim, o esclarecimento definitivo de suas origens. Destaque-se, pela importância: deixar, cadeira e fígado.

2. Fatos lingüísticos à luz da diacronia

2.1. O verbo *ter* impessoal: Tem pessoas? ou Há pessoas?

Há muito tempo o verbo *ter* procura desbancar o verbo *haver* em frase com o sentido de existência. No registro padrão determina-se o uso do verbo *haver*: *Há pessoas na sala*, considerando-se imprópria a presença do verbo *ter*: *Tem pessoas na sala*, de emprego corrente no Brasil.

A pseudo- incorreção no uso do verbo *ter* em frases existenciais se deve à sua origem, tida como “brasileirismo”. Constitui, realmente um brasileiro? Teve origem na linguagem popular? Trata-se de regionalismo brasileiro? Provém da influência tupi?

Não faltaram respostas a estas perguntas, dissociadas da pesquisa lingüística.

Bias Mendes, por exemplo, autor da obra *Estudos Americanos* atribuiu a influências do falar indígena particularidades do português do Brasil, como o verbo *ter* usado impessoalmente. Uma frase como:

Tem homens seria mera tradução do tupi: “orecô apgauaitá”.

Tal explicação foi refutada por Clóvis Monteiro na obra *Português da Europa e Português da América*, alertando-nos de que “não raro, onde se pre-

tende descobrir um sinal da influência tupi, não há senão um traço da tendência espontânea da língua, a qual, às vezes, já ocorreu em Portugal.”

É o que sucede com o verbo *ter* nessa acepção.

Gladstone Chaves de Melo, que arrolou como brasileirismo esse emprego do verbo *ter*, em *A Língua do Brasil*, retificou tal afirmação, ao ouvir em Portugal, em Póvoa-do-Lenhoso, o verbo *ter* usado impessoalmente. A propósito do fato, ensina-nos esse grande filólogo:

“Quanto melhor se conhece a língua arcaica e mais se investigam os falares portugueses, menor é o número de brasileirismos.”

Ainda Gladstone Chaves de Melo nos aponta exemplo colhido na obra *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett:

“Não, hoje não *tem* perigo”

A este exemplo podemos acrescentar outros de vários autores portugueses:

Fernão Mendes Pinto, na obra *Peregrinação*, II, 79:

“Nos matos da costa *tem* muito pau-brasil”

João de Barros, em *Crônicas*, III, 9:

“E lá dentro (no paço) *tinha* muitos jardins.”

Diogo do Couto, em *Vida de São Paulo*:

“Disseram os oficiais que ainda *tinha* tempo.”

Feliciano de Castilho, em “*O Doente de Cisma*”:

“Sr. Simplício, *tem* ali fora um sujeito...”

Camilo Castelo Branco, em *O Santo da Montanha*:

“*Tem* lá uma cousa que chamam academias...”

Eça de Queirós, em *A Cidade e as Serras*:

“*Tem* ali um pomar que dá os pêssegos mais deliciosos de Portugal.”

Outra não é a lição deixada pelo saudoso Prof. Cândido Jucá

Filho no artigo *Aspectos da Linguagem Brasileira*, apresentado no 2º Simpósio de Língua e Literatura, 1969, após arrolar diversos exemplos colhidos em autores portugueses. Diz-nos o grande mestre:

“Parece-me assim que o uso do verbo *ter* por *haver* nas chamadas frases existenciais é uma ampliação legítima que os brasileiros fizemos dentro de critérios que nos chegaram de Portugal.”

Pelo exposto, quero crer que fica difícil continuar-se a considerar o emprego de *ter* impessoal, no sentido de existência, um uso lingüístico criado no Brasil, quando emana de Portugal.

2.1.2 A palavra *se* como apassivador: explicação histórica.

A norma culta admite a existência da chamada passiva sintética com a partícula *se*, em frases como: Vendem-se casas.

Dois são os argumentos dos que defendem essa construção:

- 1) sendo o verbo ter transitivo direto, pode ter voz passiva;
- 2) esta construção com a palavra *se* equivale à passiva analítica:

Casas são vendidas, logo o substantivo *casas*, nos exemplos, representa o sujeito, devendo o verbo com ele concordar.

Said Ali não admite tal construção como voz passiva sob os seguintes argumentos:

- 1) “Analisar indiretamente, por meio de substituição é dar asas à fantasia.”
- 2) São estruturas e significações diferentes: *Vende-se esta casa e*

Esta casa é vendida.

Said Ali considera, portanto, voz ativa, sujeito indeterminado e o substantivo posposto, complemento verbal.

É como, aliás, percebe o falante na linguagem coloquial.

Ao lado de Said Ali estão Sotero dos Reis, Antenor Nascentes e Clóvis Monteiro. Este assim se pronunciou sobre o pronome apassivador:

“A função subsidiária que, neste caso, se atribui ao *se*, é circunscrita à esfera dos eruditos. É ignorada pelo povo, que, instintivamente, rejeita, por contrário à índole da língua, aquilo que, muitas vezes, é ouro de lei para os gramáticos.”

Não há dúvida de que tal construção não tem o respaldo da linguagem coloquial. O usuário da língua não sente nenhuma idéia de passividade. Eis o real fato sincrônico.

Faltava, no entanto, a explicação diacrônica, a origem de tal construção.

Esse estudo, que viria, definitivamente, justificar a aversão que o falante tem em flexionar o verbo junto à palavra *se* (*Vende-se casas / Conserta-se relógios*) se deve à tese de doutorado do Prof. Castelar de Carvalho. Pesquisador de primeira linha, que, antes, já nos dera a obra *Para Compreender Saussure*, solucionou a origem da chamada passiva pronominal na obra *O Pronome Se: uma palavra oblíqua e dissimulada*.

Comprovou o autor que nunca a palavra *se* funcionou no latim clássico como elemento apassivador. Nem o latim vulgar deu guarida a tal construção.

O Prof. Castelar cita eminente autoridade no assunto, Henri Müller, no artigo *A Voz Passiva no Latim Vulgar*, publicado pela Columbia University Press, em 1962: “Passiva pronominal é uma criação das línguas românicas, não do latim. A passiva pronominal é uma invenção renascentista.”

Eis a lição de Castelar de Carvalho: “O *se* pronome a passivador tem sua origem no uso da perífrase verbo pronominal com sujeito inanimado (Ex.: *Agita-se a palmeira.*), construção que acabou por se prestar a uma interpretação ambígua: de um lado, como medial dinâmica (*A palmeira agita-se*) com a personificação do sujeito; e, de outro, com a voz passiva, a chamada passiva pronominal românica, interpretação que veio a prevalecer no registro culto da língua portuguesa.”
